



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E CIDADANIA**

MINUTA TEMÁTICA DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

**SAÚDE PÚBLICA, PRÁTICAS ALTERNATIVAS E INTEGRATIVAS,
ESPORTES E LAZER**

GRUPO DE TRABALHO SAÚDE – (GT 10)

RECIFE

2021

AUTORES/AS:

JAQUELINE BIANQUE DE OLIVEIRA

Departamento de Biologia

ANÍSIO FRANCISCO SOARES

Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal

HÉLIDA MARIA DE LIMA MARANHÃO BRASILEIRO

Departamento de Morfologia e Fisiologia Animal

ADERALDO ALEXANDRINO DE FREITAS

Departamento de Medicina Veterinária

ANA LUIZA BARBOSA VIEIRA

Departamento de Educação Física

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) ao longo dos anos vem apoiando, através de editais BEXT e SÔNUS, vários projetos e ações de extensão relacionados aos mais diversos aspectos da saúde humana, saúde animal e saúde ambiental. No entanto, por serem fruto de iniciativas isoladas de docentes e/ou departamentos/unidades, estes projetos e ações não se articulam e acabam apresentando resultados fragmentados e subestimados em relação ao impacto na formação dos discentes e atuação dos docentes, dificultando a percepção da UFRPE e, sobretudo, não alcançando de forma mais ampla as comunidades, movimentos organizados, e a sociedade como um todo.

Neste contexto, foi criado o Fórum Permanente de Extensão, Cultura e Cidadania (FORPExC), um marco para a Política de Extensão, Cultura e Cidadania da UFRPE, com objetivo de criar Programas de Extensão Integradores, que articulem e fortaleçam os projetos e as ações já existentes e a serem criadas, no tocante à temática “Saúde Pública, Práticas Alternativas e Integrativas, Esportes e Lazer”, de forma a aproximar ainda mais a UFRPE da sociedade e que sejam passíveis de captação de recursos externos.

É importante destacar que, embora “Saúde Pública, Práticas Alternativas e Integrativas, Esportes e Lazer” seja uma das temáticas definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX, 2012), os membros do Grupo de Trabalho (GT) têm a compreensão que a temática relativa à Saúde é muito ampla e se articula com outras temáticas, como as relativas ao Meio Ambiente e à Educação, conforme apresentado no item de justificativa desta minuta.

2. JUSTIFICATIVA

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), “saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença”, e para assegurar a saúde da população, fatores sociais, econômicos e ambientais são determinantes (WHO, 2015). Tradicionalmente, a saúde é vista unicamente em um contexto apenas humano. No entanto, tem crescido o reconhecimento de um conceito de saúde mais amplo, que abrange outras espécies, os ecossistemas e os fundamentos ecológicos integrais de muitos condutores ou protetores de riscos à saúde (WHO, 2015). Portanto, há diversas noções de saúde adequadas para os objetivos e estratégias do GT, tais como: processo saúde-doença; história natural das doenças e seus níveis de prevenção; determinantes, condicionantes e determinação social da saúde; conceito de saúde da Constituição do Brasil de 1988 e da Lei Orgânica da Saúde; conceito de saúde

ampliado; conceito ecológico-social na atenção primária à saúde.

Em busca do desenvolvimento, a ação humana tem resultado em impactos irreversíveis sobre o planeta, determinando mudanças climáticas, perda da biodiversidade, poluição/contaminação do ar, do solo e da água, comprometendo inclusive a própria existência humana. Partindo do princípio de que a saúde de todos os seres vivos está diretamente conectada à saúde ambiental, esses impactos antrópicos têm afetado, indistintamente, tanto a saúde humana quanto a saúde de animais e plantas, comprometendo, inclusive, a segurança alimentar. As Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN), também conhecidas pela OMS como doenças da pobreza, impactam fortemente as populações em vulnerabilidade socioeconômica e o controle dessas enfermidades deve levar em consideração os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como: a erradicação da pobreza (ODS 1); fome zero e agricultura sustentável (ODS 2); saúde e bem-estar (ODS 3); educação de qualidade (ODS 4); água potável e saneamento (ODS 6); redução das desigualdades (ODS 10); cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11); ação contra a mudança global do clima (ODS 13); vida na água (ODS 14) e vida terrestre (ODS 15); paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16).

A ação humana predatória sobre os recursos naturais e a vida selvagem, tem resultado no surgimento de várias doenças zoonóticas (transmissíveis entre animais e humanos) epidêmicas, pandêmicas e sindêmicas (Influenza Suína e Aviária, Raiva, Ebola, SARS, MERS, COVID-19, entre outras), que têm levado a OMS e a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) a integrar esforços multidisciplinares, transdisciplinares e intersetoriais em prol da saúde. Neste sentido, várias iniciativas e estratégias transdisciplinares e intersetoriais têm sido criadas para promover a saúde integral/sistêmica, com destaque para “*One Health*” (Saúde Única), “*EcoHealth*” (Saúde Ecológica) e “*Planetary Health*” (Saúde Planetária).

No Brasil, pode-se dizer que a história da saúde pública foi, em grande parte, marcada pela tentativa de eliminar grandes surtos epidêmicos desde os períodos coloniais, como o da Febre Amarela, e outros que surgiram posteriormente, como Malária, Leishmanioses e doença de Chagas. Em períodos recentes, pelo grande impacto na morbimortalidade, além das implicações sobre os serviços de saúde, destacaram-se especificamente as epidemias de arboviroses transmitidas por mosquitos, como Dengue, Zika, Chikungunya e Febre Amarela. Nesse contexto, pode-se notar que as epidemias sempre estiveram presentes na história das coletividades humanas, por isso as estratégias de intervenção em saúde – prevenção, proteção e promoção – ao lidar com o processo saúde-doença, não devem estar desconectadas do olhar da Saúde Única e integral. No Sistema Único de Saúde (SUS), a promoção da saúde é uma política transversal, integrada, intersetorial e multidisciplinar. Por isso, estimula a composição

de redes de compromisso e estratégias voltadas para uma melhor qualidade de vida da população, a partir da participação de todos no cuidado com a saúde.

Assim, a perspectiva do cuidado integrado e continuado no âmbito da saúde pública no SUS deve abranger não apenas os conceitos que permeiam a Saúde Única, mas também àqueles que incluem o acolhimento humanizado dos usuários, a escuta qualificada do profissional de saúde, o estabelecimento de estratégias para a corresponsabilização do cuidado e, principalmente, a compreensão do contexto social no qual o indivíduo está inserido para que haja a produção do cuidado integral.

É nessa abordagem que um Programa Estratégico de Extensão, com temáticas voltadas para a Saúde, Meio Ambiente, Práticas Alternativas e Integrativas, Esportes e Lazer, e Educação, pode intervir no processo de saúde-doença dos indivíduos e contribuir com o olhar multidisciplinar para o cuidado, pois o resultado da interação e troca de saberes entre os envolvidos, como profissionais das áreas de saúde, ciências sociais e ambientais, usuários do sistema de saúde, gestores, organizações civis, pesquisadores e estudantes, poderá fazer diferença na vida das coletividades mais vulneráveis.

Ao longo dos anos, na UFRPE, vários projetos e ações de extensão relacionados com a sanidade animal, a saúde humana e a preservação ambiental, vêm sendo apoiados pela PROExC, dentre os quais destacam-se os projetos: (1) *“Parasitologia para Todos: promoção da saúde humana, saúde animal e saúde ambiental”* (2011-2018, editais BEXT); (2) *“Parasitologia para Todos: promoção da Saúde Única”* (2019-2020, editais BEXT); (3) *“Movimente-se com saúde”* (2008-2012, editais BEXT); (4) *“Promoção de Saúde e Qualidade de Vida para Servidores da UFRPE”* (2016-2019, editais BEXT); (5) *“Atenção Integral à Saúde do Idoso”* (2017-2019); (6) *“Ações afirmativas no processo de prevenção às DST/AIDS entre os alunos de escolas públicas de Paudalho/PE”* (2010-2014, editais BEXT); (7) *“Prevenção ao câncer de pênis e endometriose entre participantes da associação de moradores do Córrego da Fortuna, Sítio São Braz e Sítio dos Pintos; Dois Irmãos/Recife/PE”* (2014-2016, editais BEXT); (8) *“Projeto de conscientização contra a presença de resíduos de animais em vias públicas da região metropolitana do Recife”* (2015-2016, editais BEXT); (9) *“Calçada não precisa de adubo, recolha as fezes do seu cão”* (2017-2018, edital Sônus); além da ação de extensão (10) *“Parasitologia para Todos: controle das Geo-helminthíases no contexto da Saúde Única”* (2017, edital Sônus), que foi realizada em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES-PE); (11) *“Sistema Único de Saúde: educação popular como ferramenta na prevenção e controle das endemias e/ou zoonoses na perspectiva da Estratégia de Saúde da Família de Saúde Família (ESF) no Córrego da Fortuna (Distrito Sanitário em*

III em RECIFE – PE”, (2014-2015 editais BEXT); (12) “*Relação homem- animal: agricultura, educação e saúde no Povo Xukuru do Ororubá*” (editais BEXT 2013- 2014). Outros projetos de saúde, coordenados por docentes dos departamentos de Biologia (DB), Medicina Veterinária (DMV), Morfologia e Fisiologia Animal (DMFA), Educação (DED) e Educação Física (DEFIS), também foram apoiados pela PROExC e não são nominados nesta minuta por falta de acesso ao banco de dados de projetos de extensão. Todos estes projetos, no entanto, necessitam de uma diretriz unificada para que possam ser, institucionalmente, parte de Programas Estratégicos de Extensão Universitária, voltados para a resolução de problemas da sociedade pernambucana e que possam, inclusive, serem utilizados na curricularização da extensão nos cursos de graduação, para alcançar objetivos mais abrangentes de promoção da saúde integral e sistêmica. Os Programas Estratégicos de Extensão Universitária refletirão, na prática, os pilares indissociáveis da universidade pública: ensino-pesquisa-extensão.

3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os Programas Estratégicos de Extensão Universitária que contemplem a área temática de Saúde Pública, Práticas Alternativas e Integrativas, Esportes e Lazer, como tema central, devem considerar sempre a estratégia da Saúde Única e deverá seguir os seguintes objetivos:

- Realizar projetos e ações de promoção da saúde e qualidade de vida dentro da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e do seu território adscrito;
- Realizar projetos e ações de promoção da saúde de animais de produção, de estimação e silvestres, na perspectiva da Saúde Única;
- Desenvolver projetos e ações para a conservação da biodiversidade, preservação e sustentabilidade ambiental visando à prevenção de endemias, epidemias e pandemias zoonóticas, na perspectiva da Saúde Única;
- Capacitar e qualificar recursos humanos das áreas de saúde, educação e meio ambiente, além de gestores de políticas públicas;
- Articular projetos e ações de caráter intersetorial e inter/transdisciplinar, em cooperação com instituições públicas de saúde, educação e meio ambiente;
- Incentivar o desenvolvimento de ações e práticas alternativas e integrativas de forma inclusiva dentro das comunidades;
- Estimular as práticas esportivas, de lazer e laborais na comunidade intra e extramuros da universidade;
- Priorizar projetos e ações de promoção à saúde voltados para comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores) e de vulnerabilidade socioeconômica, além de

pessoas e animais em situação de rua e em situação acumulação de animais;

- Promover a integração ensino-serviço-comunidade, permitindo ação no âmbito da Educação em Saúde, Planejamento em saúde, na Vigilância Popular em Saúde, Vigilância em Saúde, Vigilância em Saúde do Trabalhador e Atenção Primária, por exemplo no Núcleo de Assistência à Saúde da Família - Atenção Básica (NASF-AB);
- Promover, estimular e elaborar cursos e projetos considerando o processo saúde-doença; história natural das doenças e os níveis de prevenção; determinantes e condicionantes de saúde; conceito de saúde da Constituição do Brasil de 1988; Lei Orgânica da Saúde e conceito de saúde ampliado.

4. TEMAS PRIORITÁRIOS

Os temas prioritários deverão ter eixos norteadores para o tema em evidência, de modo que a UFRPE possa desempenhar seu papel de pluralidade vislumbrando a saúde humana, animal e ambiental, tanto na comunidade universitária como da sociedade. Nesse sentido indica-se os seguintes temas:

- Atividades de educação permanente (e educação em saúde) para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) inseridos nas ESF;
- Atividades de educação sexual e prevenção de gravidez precoce nas escolas;
- Iniciação à prática de exercícios físicos nos grupos de Hipertensos e Diabéticos (Hiperdia) inseridos nas ESF;
- Capacitação dos Agentes Ambientais e Controle de Endemias inseridos nas ESF;
- Incorporação de práticas alternativas e complementares nas comunidades;
- Inserção de atividades no Programa Saúde na Escola (PSE-SUS);
- Diagnóstico e controle das doenças parasitárias em animais de produção, estimação e silvestres em cativeiro;
- Diagnóstico e prevenção das Geo-helminthíases e da Esquistossomose Mansoni em escolares da rede pública municipal e estadual de ensino;
- Educação em saúde para promoção da saúde humana, animal e ambiental;
- Promoção e vigilância em saúde para pessoas em situações de acumulação de animais;
- Iniciativas teórico-práticas no sentido de viabilizar ações de saúde no âmbito do cuidado, da prevenção, controle e erradicação das doenças, agravos e de promoção da saúde humana, animal e ambiental.

5. REFERÊNCIAS

- Andrade, S.R. et al. Melhores Práticas na Atenção Básica à Saúde e o sentido da integralidade. Escola Anna Nery, v. 7, n.4, p. 620-627, 2013.
- Alho, C.J.R. 2012. The importance of biodiversity to human health: an ecological perspective. Estudos Avançados, 26: 151-164.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Atenção Básica. Academia da Saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. Manual sobre Brasil. Ministério da Saúde. Medidas de Proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias. Vol. 1. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2019.
- Donalisio, M.R.; Freitas, A.R.R.; Von Zuben, A.P.B. Arboviruses emerging in Brazil: challenges for clinic and implications for public health. Revista de Saúde Pública, v. 51, 2017.
- Lima, N.T.O. Brasil e a Organização Pan-Americana de Saúde: uma história em três dimensões. In: FINKELMAN, J. (Org.). Caminhos da saúde pública no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
- Mackenzie, J.S., Jeggo, M., Daszak, P., Richt, J.A. 2013. One Health: the human-animal-environment interfaces in emerging infectious diseases. Springer.
- WHO. World Health Organization. 2015. Connecting Global Priorities: Biodiversity and Human Health. WHO Library Cataloguing in Publication Data. 364p.